

PARECER Nº 33/PP/2017-P

CONCLUSÕES

- 1.** A questão do conflito de interesses, no que ao exercício da Advocacia concerne, encontra-se regulada no artigo 99.º do EOA.
- 2.** O objetivo do normativo em causa é a preservação dos valores de independência, confiança e lealdade e, para além disso, evitar a quebra do segredo profissional.
- 3.** O legislador concretizou algumas situações em que o dever de recusa do patrocínio é imposto, porque, objetivamente, tais situações se apresentam como potenciadoras desse conflito. Todavia, situações já em que impõe uma análise casuística para se aferir, se em concreto tal conflitualidade se verifica.
- 4.** Pode o advogado representar mais do que um interessado em processo de inventário.
- 5.** Mas se, no decorrer do processo, surgirem conflitos de interesses entre os patrocinados, deve o advogado abster-se de patrocinar qualquer dos patrocinados, renunciando aos mandatos que lhe foram conferidos.

I.

A Senhora Notária – Dra. (...) – do Cartório Notarial dos (...) remeteu pedido à Delegação de (...) para que, em sede de processo de inventário, aquela Delegação procedesse à nomeação de outro defensor oficioso, porquanto no referido processo o patrocínio da requerente e dos menores a cargo não pode, no entender desta, por existir conflito de interesses, ser levado a cabo pelo mesmo defensor.

A Delegação de (...) remeteu a este Conselho tal expediente para que fosse proferido parecer.

II.

Este Conselho Regional tem competência para emitir parecer, nos termos do disposto no artigo 54.º, nº 1, al. f) do E.O.A.

III.

A questão do conflito de interesses, no que ao exercício da Advocacia diz respeito, encontra-se regulada no artigo 99º do EOA.

A referida norma funda-se em razões de preservação dos valores da lealdade, isenção, independência, confiança e mesmo decoro, fundamentais no exercício da advocacia, tendo ainda como fundamento o risco de quebra do segredo profissional.

Na maioria das situações, a questão de saber se existe ou não conflito de interesses pressupõe uma análise casuística. Contudo, o legislador concretizou algumas situações em que o dever de recusa do patrocínio é imposto, não porque em concreto e no imediato se verifique o conflito de interesses, mas porque, objetivamente, tais situações se apresentam como potenciadoras desse conflito.

Decorre do disposto no artigo 99.º do EOA que o advogado deve recusar o patrocínio:

- a) Sempre que já tenha tido intervenção anterior em qualquer outra qualidade;
- b) De uma questão conexa com outra em que represente ou tenha representado a parte contrária;
- c) Ou duma questão contra quem, noutra causa pendente, seja por si patrocinado.

Além do mais, resulta ainda no n.º 3 do sobredito normativo que o advogado não pode aconselhar, representar ou agir por contra de dois ou mais clientes, no mesmo assunto ou em assunto conexo, se existir conflito entre os interesses dos clientes.

Por outro lado, dispõe o n.º 4 do citado artigo que se um conflito de interesses surgir entre dois ou mais clientes, bem como se ocorrer risco de violação do segredo profissional ou de diminuição da sua independência, o advogado deve cessar de agir por conta de todos os clientes, no âmbito desse conflito.

Ora, é à luz destes normativos que deve ser encontrada a solução para o caso em apreço.

No expediente remetido a este Conselho verifica-se que o Senhor Presidente da Delegação de (...) e ato prévio à remessa a este Conselho do expediente para emissão de parecer, solicitou ao defensor oficioso que se viesse pronunciar sobre a existência, na sua opinião, de conflito de interesses.

O Ilustre Defensor veio informar que não vislumbrava, no caso em concreto, existência de conflito de interesses.

Já este Conselho, por inúmeras vezes, se pronunciou sobre esta matéria¹, tendo sempre considerado que caberá ao advogado verificar, casuisticamente, se se encontra numa situação de conflito de interesses.

Além de que, também sempre considerou que tal conflito de interesses, em abstrato, não existe sempre que o mesmo advogado representa mais do que um interessado no processo de inventário.

Entendimento, aliás, que sufragamos.

Sempre se dirá que só haverá conflito de interesses se as partes no âmbito do processo de inventário estiverem discordantes entre si e se tal vier a suceder, o Ilustre defensor oficioso terá de cessar o patrocínio de todas as partes e não apenas de duas, como chegou a ser requerido pelo Defensor nomeado.

IV. CONCLUSÕES

1. A questão do conflito de interesses, no que ao exercício da Advocacia concerne, encontra-se regulada no artigo 99.º do EOA.
2. O objetivo do normativo em causa é a preservação dos valores de independência, confiança e lealdade e, para além disso, evitar a quebra do segredo profissional.
3. O legislador concretizou algumas situações em que o dever de recusa do patrocínio é imposto, porque, objetivamente, tais situações se apresentam como potenciadoras desse conflito. Todavia, situações já em que impõe uma análise casuística para se aferir, se em concreto tal conflitualidade se verifica.
4. Pode o advogado representar mais do que um interessado em processo de inventário.
5. Mas se, no decorrer do processo, surgirem conflitos de interesses entre os patrocinados, deve o advogado abster-se de patrocinar qualquer dos patrocinados, renunciando aos mandatos que lhe foram conferidos.

¹ Vide, por todos, parecer relatado pela Dra. Virgínia Alves, n.º79/PP/2011-P, disponível em www.oa.pt/upl/%7Bed455d21-c4e9-4c70-8d45-0a39025821ba%7D.pdf.

Este é, s.m.o., o meu parecer.
À sessão.

Porto, 25 de Agosto de 2017

O Relator

Jorge Barros Mendes